



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9001 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT04 - Didática

O ENSINO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: INQUIETAÇÕES PARA A DIDÁTICA

José Leonardo Rolim de Lima Severo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O ENSINO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: INQUIETAÇÕES PARA A DIDÁTICA

Resumo

O objetivo do artigo consiste em discutir, à luz de dados coletados junto a 162 docentes de escolas públicas de tempo integral no estado da Paraíba, desafios didáticos de construção de práticas de ensino na perspectiva da Educação Integral. A análise organiza-se a partir de duas categorias relativas às configurações didáticas das práticas de ensino: a) métodos instrucionais; b) métodos integradores com tendência inovadora. As considerações analíticas sinalizam que uma escola em tempo integral orientada para a Educação Integral demanda mediações didáticas capazes de traduzir tal perspectiva no campo das escolhas que configuram as organização do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Didática; Educação Integral; Escola em Tempo Integral.

Considerações introdutórias

Este texto se propõe a aportar reflexões sobre as mediações didáticas que traduzem, no campo das práticas, uma concepção de ensino coerente com os pressupostos da Educação Integral. Para tanto, problematiza os sentidos do ensinar na escola em tempo integral, com base em dados coletados através de um questionário estruturado aplicado virtualmente a 162 docentes de Escolas Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba. Como forma de tratamento analítico, os dados foram submetidos à Análise Categorial de Conteúdo (BARDIN, 2010).

Entre os/as participantes, 48% identificam-se como mulheres e 52% como homens, com idades variantes entre 21 e 54 anos. Há um predomínio de faixa etária concentrada entre 27 e 40 anos (42%). Quanto à formação acadêmica, todos(as) são titulados(as) em cursos de graduação, com licenciaturas nas áreas de Humanidades (55%), Ciências Exatas e da Natureza (32%) e formação em bacharelados na área de Ciências Sociais Aplicadas (16%). Um percentual de 41% possui formação em nível de pós-graduação lato sensu, com predomínio de cursos na área de Educação e Ciências Humanas. Somando 20%, tem-se um grupo de professores(as) portadores do título de mestre(a), predominantemente nas áreas de Educação e de Ensino, enquanto que 5% são portadores do título de doutor(a), com

concentração na área de Educação.

Educação Integral: elementos definidores

A lógica de formação humana atrelada à noção de Educação Integral pautada neste texto propõe o entendimento de que o pleno desenvolvimento do ser humano decorre de experiências de aprendizagem capazes de mobilizar as diferentes dimensões que o constituem como sujeito cognoscente, ou seja, inserido em um movimento de diálogo, compreensão crítica e produção de sentido sobre o mundo, esfera de compartilhamento de experiências e produção histórica por meio dos cotidianos vividos (FREIRE, 1983). Essas dimensões contemplam capacidades cognitivas, socioafetivas e operativas que, articuladas, configuram possibilidades de um agir crítico-transformador, autônomo e colaborativo no mundo, para o mundo e com o mundo (CARBONELL, 2016).

Apesar de que as experiências acumuladas com as iniciativas de Educação Integral no Brasil ao longo do século XX sejam avaliadas positivamente, como a Escola Parque e os Centros Integrados de Educação Pública, é apenas como o Plano Nacional de Educação 2001-2010 (PNE) que a escola de tempo integral, como materialização da concepção formativa de Educação Integral, começa a ser desvelada em meio ao silenciamento das políticas, até então.

Como um programas indutores de experiências de ampliação da jornada escolar, em 2007 foi instituído o Programa Mais Educação e, em 2010, o Programa Ensino Médio Inovador. A Educação Integral é reintroduzida na agenda das políticas educacionais com o Plano Nacional de Educação 2014-2024 por meio da meta 6, a qual estima a oferta de “[...] educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014).

Assumida, então, como política de Estado, a Educação Integral percorre um caminho de produção de sentido que a conduz à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) como um fundamento pedagógico do processo de desenvolvimento de competências na Educação Básica. Assinala-se que o caráter instrumental das competências, a pulverização dos conteúdos de ensino e a tendência a padronização curricular são fatores que comprometem a concepção de Educação Integral apontada como fundamento da Base.

Com a Lei Nº11.100 de 2018, o Estado da Paraíba regulamenta a Programa de Educação Integral e com a Lei Nº 11.314 de 2019 estabelece Diretrizes Operacionais para funcionamento e organização das Escolas Cidadãs Integrais (ECI), das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) e das Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas (ECIS). Em 2020, o Estado contava com 227 Escolas Cidadãs em toda sua extensão territorial. O modelo de Educação Integral no Estado da Paraíba se propõe a ampliar o tempo escolar e a formação do(as) estudante, “[...] buscando contemplar os aspectos cognitivos e socioemocionais a partir da observância aos seguintes pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”. (PARAÍBA, 2018, p. 103).

A Didática na/para a Escola em Tempo Integral na perspectiva da Educação Integral

Parte-se do pressuposto de que as práticas docentes necessitam ser configuradas no marco de uma concepção de Didática que envolva a reflexão sobre a Educação Integral

como fim e a ampliação do tempo escolar como meio, indagando-se sobre a pertinência das escolhas metodológicas que organizam os processos de ensino-aprendizagem em relação ao Projeto Político-Pedagógico da escola. É, pois, nesse horizonte que o trabalho pedagógico em Educação Integral depara-se com a Didática Multidimensional, tendência caracterizada, segundo Franco e Pimenta (2016), pela compreensão do ensino como fenômeno complexo que extrapola a transposição de objetos disciplinares, de modo que o foco da Didática reside na criação de condições formativas para que os(as) estudantes construam redes de conhecimento como forma de dar sentido ao que aprendem, articuladas aos contextos nos quais se inserem como sujeitos sociais.

Deriva dessa compreensão o lugar da Didática como elemento estruturante de um trabalho pedagógico que se respalda na compreensão do ensino e dos conteúdos curriculares como recursos formativos e não como fins em si mesmos, o que implica pensar que a prática docente se dispõe a mobilizar a aprendizagem dos(as) estudantes, emergindo de um projeto intencional e criativo de construção experiências que favoreçam o desenvolvimento humano integral.

Na lógica da Didática Multidimensional, os significados desses conteúdos “[...] passam necessariamente pela análise das diferentes culturas presentes nas instituições, bem como pela análise das tensões e dos valores necessários à explicitação das finalidades do ensino” (FRANCO; PIMENTA, 2016, p. 545). O significado para o ensino não está posto como razões cristalizadas nos documentos curriculares, cabendo aos(às) professores(as) decantarem didaticamente as finalidades e modos de ação que melhor atendem aos princípios da Educação Integral como concepção pedagógica norteadora do seu fazer.

Quando indagados(as) sobre as configurações didáticas de suas aulas, os(as) participantes compuseram um mosaico de estratégias e recursos didáticos, do qual foi possível extrair 569 códigos que configuraram duas categorias temáticas aglutinadoras: a) métodos instrucionais, com ocorrência de 57%; b) métodos integradores e com tendência inovadora, com ocorrência de 43%.

O acúmulo de referências da Pedagogia contemporânea leva à compreensão de que o método, a estratégia ou o recurso, em si mesmo, não assegura qualidade de alcance de objetivos didáticos. Determinados arranjos classificados como tradicionais passaram a ser combatidos em virtude de uma apropriação romântica e pouco contextualizada dos princípios da Pedagogia Ativa, gerando pressões sobre os(as) docentes para transformarem suas práticas mediante adoção de fórmulas mágicas socioconstrutivistas, quase sempre genéricas e desprovidas de uma base conceitual mais consistente resultante de pesquisas com e para intervenção no contexto escolar. Porém, é preciso considerar que uma escola orientada pela perspectiva da Educação Integral demanda uma Didática capaz de estabelecer rupturas com um “[...] modelo pedagógico tradicional de caráter meramente instrutivo, em que os professores centralizam todo o protagonismo e os alunos são os grandes ausentes” (CARBONELL, 2016, p. 192).

No intuito de traçar paralelos entre as duas categorias, apresenta-se, a seguir, um quadro ilustrativo com características das configurações didáticas classificadas como instrucionais e daquelas com tendência inovadora, de acordo com os registros fornecidos pelos(as) professores(as).

Instrucionais	Inovadoras
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas excessivamente expositivas; • Ênfase em recursos grafocêntricos; • Exercícios têm função fixadora; • Ensino limitado ao espaço da sala de aula; • Recursos multimídias têm função expositiva; • Centralidade de conteúdos disciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas colaborativas e mais participativas, com simulações práticas; • Incorporação de diferentes suporte de linguagem para dinamizar a relação pedagógica; • Exercícios têm função aplicadora e criativa; • Itinerários extra-sala para acompanhamento discente; • Gamificação e ludicização de recursos; • Centralidade de temas que despertem diálogos interdisciplinares.

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Observou-se um contraste recorrente entre as expressões “aula expositiva” e “metodologias ativas” que faz prevalecer a ideia de que a segunda rejeita a primeira. É importante frisar que o que se classifica como metodologias ativas, uma expressão genérica que congrega diferentes arranjos didáticos orientados pelos princípios do construtivismo e socioconstrutivismo, tampouco consiste em um corpo organizado e coerente de características didáticas. Por essa razão, é fundamental que seja pautado na escola o debate sobre a convergência entre as metodologias ativas e a Educação Integral, de modo que a expressão não disfarce, de um lado, práticas usuais que os(as) professores(as) se sentem constrangidos(as) em assumir que implementam e, de outro, não se resume a um vocabulário genérico acionado, superficialmente, quando se quer justificar uma determinada tendência inovadora.

De qualquer forma, a escola em tempo integral na perspectiva da Educação Integral pode e deve ser um espaço de experimentações inovadoras que concorram às finalidades do seu projeto político-pedagógico e a tornem uma presença diferenciada na vida dos territórios em que se insere. Para tanto, demanda itinerários didáticos que expandam e dinamizem as relações dos estudantes com os diferentes saberes, inclusive os que se produzem em currículos culturais emergentes em outros espaços para além das fronteiras da escola (BONAFÉ, 2016, p. 161).

No modo como se está entendendo a construção de uma perspectiva didática para a escola de tempo integral, uma das forças mais potentes para a ampliação da formação dos(as) estudantes é que a escola pode aprender outros modos de ensinar e de aprender olhando para outros territórios educativos. Muitos desses territórios oferecem mais espaço para que as juventudes se expressem em sua face mais plural, com suas linguagens, gostos e modos de existir socialmente. Nem sempre as escolas se dispõem a dialogar com essas manifestações do “ser jovem” porque se prendem a uma concepção homogênea e normatizadora de juventude.

Considerações finais

Uma Didática para/na Educação Integral certamente estará cumprindo sua finalidade quando “Ensaia. Analisa. Experimenta. Rompe com uma prática profissional individualista. Busca as formas de aumentar a permanência das crianças na escola [...], etc.” (CANDAUI, p. 24, 2011). Essa Didática deverá inspirar educadores(as) se indagarem acerca de: como as diferentes dimensões do desenvolvimento humano podem ser mobilizadas em experiências de aprendizagem integradoras? Que elementos didáticos devem ser considerados na construção de currículos orientados para a Educação Integral?

A expansão quantitativa de escolas em tempo integral não significa que as experiências de formação humana nessas instituições têm sido desenvolvidas sob os princípios de uma Educação Integral. Os dados discutidos neste texto sinalizam que o discurso pedagógico inovador e de ruptura paradigmática associado à Educação Integral é atravessado por desafios e lacunas que distanciam os(as) professores(as) de um fazer pedagógico que mobilize as diferentes dimensões do desenvolvimento humano como expressão de um projeto educativo coerente com as práticas institucionais que, efetivamente, encontram lugar no cotidiano das escolas.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BONAFÉ, Jaume. Na escola, o futuro já não é o passado, ou é. Novos currículos, novos materiais. In: ZABALA, Antoni et al. *Didática geral*. Porto Alegre: Penso, 2016, p. 149-164.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 2/2017*. Disponível em: [http://www.lex.com.br/legis_27593246_RESOLUCAO_N_2_DE_22_DE_DEZEMBRO_DE_2017.:](http://www.lex.com.br/legis_27593246_RESOLUCAO_N_2_DE_22_DE_DEZEMBRO_DE_2017.)

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CANDAUI, Vera. Maria. A didática e a formação de educadores – Da exaltação à negação: a busca de relevância. In: CANDAUI, Vera Maria (Org). *A didática em questão*. 31 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 13-24.

CARBONELL, Jaume. *Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa*. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido. Didática multidimensional: por uma sistematização conceitual. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 135, p.539-553, abr.-jun., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00539.pdf>

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

PARAÍBA, Governo da. Secretaria de Estado da Educação. *Lei nº 11.100/18 que cria o*

